

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

Às treze horas do dia quatorze de maio de mil novecentos e noventa e dois, na Sala Geminada A do Palácio Itamaraty, instalou-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Jayme Zettel, Presidente do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Presentes os Conselheiros Eduardo Kneese de Mello, Gilberto João Carlos Ferrez, José Ephim Mindlin, Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco, Max Justo Guedes, Modesto Souza Barros Carvalhosa, Roberto Cavalcanti de Albuquerque - representantes da sociedade civil -, Arnaldo Campos dos Santos Coelho - representante do Museu Nacional-, Carlos Alberto Cerqueira Lemos - representante do Instituto de Arquitetos do Brasil - e Dalmo Vieira Filho - representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Américo Lourenço Jacobina Lacombe, Francisco Iglésias, Gilberto Cardoso Alves Velho - representantes da sociedade civil - e Braulio Ferreira de Souza Dias - representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Presidente abriu a sessão dando as boas-vindas aos Conselheiros e convidando o Ministro Sérgio Barcellos Telles, Chefe do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, para sentar-se à mesa da reunião. Em seguida, passou a presidência ao Embaixador Sergio Paulo Rouanet, Secretário da Cultura da Presidência da República. O Secretário da Cultura reiterou as boas-vindas aos Conselheiros, considerando importantíssimo estar o Conselho reunido, após um grande intervalo, contando com a maioria dos seus antigos membros, acrescentados de representantes do IBAMA, do IAB e do ICOMOS. Fez, então, o seguinte pronunciamento: "A reinstalação do Conselho Consultivo do hoje Instituto Brasileiro do Patrimô-

nio Cultural, além de marcar a retomada dos trabalhos iniciados no dia 10 de maio de 1938, tem uma dimensão simbólica particular no momento atual. Em um país onde se costuma falar na fragilidade das instituições, em uma época em que, por toda parte, se assinala uma crise de valores, chama a atenção este ato de reafirmação da importância, para a Nação, de uma instituição criada há exatamente 64 anos e que, salvo breve interrupção de pouco mais de dois anos, cumpriu rotineira, silenciosa e eficientemente sua missão de cuidar da preservação do valor cultural daqueles bens que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional. À primeira vista, a composição e o modo de funcionamento deste Conselho fogem ao padrão que se costuma considerar mais adequado nos tempos atuais: os membros são escolhidos pelo presidente do órgão por seus méritos pessoais, enquanto 'especialistas de notável competência e de comprovado espírito público' (Ministro Gustavo Capanema, ata da sessão inaugural do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), trabalham gratuitamente, sem qualquer compensação senão a de contribuir para a 'causa' do patrimônio e, embora se trate de um Conselho dito Consultivo, foi no curso de suas sessões que se definiram progressivamente os rumos da política de preservação e que se firmou a 'jurisprudência' da instituição. De início, conforme expresso no Decreto-Lei nº 25, a atuação do Conselho Consultivo se voltava basicamente para a apreciação de casos excepcionais: os tombamentos voluntários a pedido do proprietário ou as impugnações de tombamentos compulsórios. Na prática, porém, os Conselheiros sempre exerceram um papel de assessores da Direção nos mais variados assuntos: organização de eventos culturais, divulgação e conscientização junto à sociedade da questão do patrimônio, intercâmbio cultural com outros países, etc. Embora somente em 1986, através da Portaria nº 11/SPHAN, tenha se tornado obrigatória a execução de estudos técnicos antes da deliberação do Conselho, desde as primeiras reuniões é patente o cuidado dos Conselheiros em buscar elementos para a to-

mada de decisões, seja solicitando estudos a especialistas, seja convocando autoridades para prestar esclarecimentos, seja até se deslocando pessoalmente para a região onde se situava o bem, para fundamentar a elaboração de um parecer. As medidas aparentemente restritivas à autonomia e ao poder do Conselho, que começaram a surgir a partir de 1941 - como a possibilidade de cancelamento do tombamento pelo Presidente da República, a necessidade de homologação dos tombamentos pelo Ministro da Educação, e a obrigatoriedade de estudos técnicos para subsidiar as decisões dos Conselheiros -, na verdade vieram evidenciar a complexidade da questão do patrimônio em termos econômicos, sociais e políticos, como questão que transcende a esfera estritamente técnica. Era tal a importância, prática e simbólica, do Conselho Consultivo, para o Serviço do Patrimônio, e tão entranhado o **esprit de corps** de seus membros na sua solidariedade com a direção, que é possível conhecer a história da instituição através das atas das sessões. Nos primeiros tempos, tratava-se de consolidar uma instituição voltada para a defesa do interesse público, enquanto interesse da Nação, expresso na preservação dos testemunhos materiais de nossa história, e de legitimá-la no bojo de um governo autoritário. Muitos foram os conflitos, então, não só com interesses privados poderosos - alguns membros da Igreja Católica, proprietários de bens valiosos, grupos imobiliários -, como também com outros setores do governo e com a própria presidência. A força do Conselho Consultivo nesses momentos vinha da evidência da dedicação desinteressada de seus membros à causa pública, acima de quaisquer interesses particulares, e de sua competência na fundamentação de seus pontos de vista. A cultura ao mesmo tempo especializada e universal dos Conselheiros e sua preocupação em pautar suas decisões em critérios baseados em estudos e na discussão interna conferiam peso moral a suas reivindicações: tanto às bem-sucedidas, como na memorável vitória junto ao Supremo Tribunal Federal no caso do tombamento do Arco do Telles, no Rio de Janeiro, quanto a seus protestos ante as derrotas, reafirmando o prejuízo causado à cultura brasi-

leira. Essas qualidades se achavam sintetizadas na figura de Rodrigo Mello Franco de Andrade, Diretor do SPHAN e Presidente do Conselho, unanimamente reconhecido como exemplo de servidor público. Nas últimas décadas, novas preocupações vieram reorientar a atuação do Conselho. Na ata da 86ª reunião, em 1979, a primeira presidida por Aloisio Magalhães, fica bem evidente a tensão que se instaura entre o tradicional e o novo. Diz Aloisio: 'quanto ao pensamento original do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nada há a inovar ou inventar: tudo se encontra refletido no poder dos textos e reflexões de Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade'. Entretanto, logo a seguir, lembra que veio revitalizar o IPHAN, no sentido de agilizar a administração, proposição que culminará com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória e com a conquista de apoio político para a ampliação da área de atuação da SPHAN, e a conseqüente criação da Secretaria da Cultura. Havia que ser pragmático e político, sem, no entanto, deixar se perder a aura da sigla SPHAN, construída em mais de quarenta anos de trabalho. Novos temas vieram se propor à consideração do Conselho, que, na década de 80, já abrigava em seus quadros um antropólogo (Gilberto Velho) e um empresário (José Mindlin). Outros tipos de bem, que não as habituais igrejas, fortalezas e solares, se apresentavam para tombamento, muitas vezes acompanhados por pedidos em longos abaixo-assinados ou por pressão de grupos organizados. Exemplar nesse sentido é a 108ª reunião, realizada em Salvador, em 1984, que tratou do tombamento do Terreiro da Casa Branca. Podemos dizer que a partir de hoje o Conselho inicia mais uma vez uma nova fase. Graças ao desejo expresso do Presidente da República. A mesma vontade política que o levou a vetar dispositivo de lei que extinguiu o Conselho, levou-o a assinar o decreto que recria expressamente este órgão. Além dos Conselheiros que estão sendo reconduzidos, ou seus substitutos, e que foram escolhidos pela forma tradicional, passam a integrar o Conselho Consultivo do IBPC representantes do IBAMA, do IAB, do ICOMOS - considerados en

quanto grupos organizados da sociedade civil interessados na questão do patrimônio. O momento é propício a um balanço, a uma reflexão crítica da atuação e sobretudo a uma reavaliação das funções do Conselho, tendo em vista as necessidades atuais de uma política de preservação do patrimônio cultural. Acredito que o ideal da causa pública e do uso da razão e do saber para o bem comum não perdeu o seu valor. Pelo contrário, em um momento em que se acirram os interesses corporativos, em que a defesa de projetos setoriais torna difícil a percepção das necessidades coletivas em seu conjunto, em que os problemas nacionais parecem se resumir na questão econômica, o ressurgimento de uma instituição que pautou sua atuação na defesa do aparentemente tão abstrato 'bem público' e do exercício da cidadania certamente terá uma valiosa contribuição a trazer, além de suas atribuições específicas. Só nos resta esperar que, parafraseando o Conselheiro Pedro Calmon na comemoração da 100ª sessão do Conselho Consultivo, em 1983, este Conselho possa 'continuar firme, desinteressado, retilíneo, altivo e superior, nas suas intenções desligadas dos interesses materiais', funcionando com o espírito democrático que sempre caracterizou suas reuniões e inteiramente comprometido com a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional." Após o Secretário da Cultura, falou o Presidente do IBPC nos termos que se seguem: "É com sincero e vivo prazer que vejo reunido, pela vez primeira, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Após um interregno de funcionamento, que todos nós - cidadãos comprometidos com a preservação do bem cultural brasileiro - vimos considerando de longa e preocupante duração, este Conselho retoma suas atividades com os olhos voltados para a complexa e instigante realidade cultural do país. E é para atuar sobre esta realidade nos campos da identificação, inventário, documentação, registro, difusão, vigilância, tombamento, desapropriação, conservação, restauração, devolução, uso e revitalização do patrimônio cultural que o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural foi criado pela Lei número 8.029, de 17 de abril de

1990, em substituição à antiga Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN -, de cinquentenária e competente presença na vida cultural do Brasil, e também à Fundação Nacional Pró-Memória, que dinamizou, atualizando, as atividades da SPHAN. Cabe-me, portanto, Senhores Conselheiros, dar-lhes notícias de como vem se estruturando o IBPC e, sobretudo, informá-los sobre quais propósitos me moveram a sugerir ao Excelentíssimo Secretário da Cultura da Presidência da República, Embaixador Sergio Paulo Rouanet, a nova composição do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Quanto ao IBPC, possui ele como órgãos colegiados: a Diretoria e este Conselho; na função de órgão de assistência direta e imediata ao Presidente está o seu Gabinete; na qualidade de órgãos seccionais, a Procuradoria Jurídica e o Departamento de Planejamento e Administração; há também órgãos singulares, que são os Departamentos de Identificação e Documentação, de Proteção, e de Promoção; e, ainda, as Unidades Descentralizadas, que são as Coordenações Regionais, às quais se juntam as unidades museológicas: nossos grandes e pequenos museus. As atribuições específicas de cada um destes órgãos não cabe aqui, naturalmente, enunciá-las, considerando-se a sua extensão. Tal matéria está especificada no Decreto nº 335, incluído na pasta dos Senhores Conselheiros. No que concerne ao nosso Conselho Consultivo, peço licença aos Senhores Conselheiros para ler, na íntegra, o ofício GAB/IBPC/RJ/Nº 002/92, de 3 de janeiro de 1992, que enviei ao Secretário Sergio Paulo Rouanet, cujo teor é o de breve exposição de motivos sobre a nova feição deste órgão, fundamental para funcionamento do IBPC. 'Senhor Secretário: A introdução do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na estrutura regimental do IBPC, efetivada pelo Decreto nº 335, de 11 de novembro de 1991, consolida a perspectiva de aperfeiçoamento da estrutura administrativa no que diz respeito à proteção do patrimônio cultural brasileiro. Existente na estrutura da antiga SPHAN/Pró-Memória, órgão que o IBPC sucede legalmente, este Conselho desempenhou historicamente im-

portante papel na salvaguarda do patrimônio cultural e memória nacionais. A ampliação e adequação a uma visão mais moderna do que seja identificar, proteger e difundir nosso patrimônio cultural impõem, entretanto, a necessidade de algumas modificações no que concerne à estrutura do referido Conselho, especialmente em sua composição, cabendo neste sentido algumas considerações. O Conselho existente na antiga estrutura da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN - era composto, basicamente, pelos Diretores dos Museus Nacionais de coisas Históricas e Artísticas - Museu Imperial, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes e Museu Nacional -, além de dez representantes da sociedade civil, sendo presidido pelo Secretário da SPHAN. Na década de 80 os mencionados museus são incorporados à estrutura da SPHAN/Pró-Memória, com exceção do Museu Nacional, órgão vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tal estrutura, se mantida na criação no novo Instituto, produziria um desequilíbrio na composição do Conselho, que passaria a contar com quatro representantes do IBPC. Além disso, a dinâmica do processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro, que hoje inclui extensas áreas urbanas, cidades históricas, paisagens, ecossistemas e ambientes naturais, nos colocava diante do desafio de equacionar esta diversidade de abordagens no âmbito de um Conselho formado também por instituições e organismos respeitados e representativos nestas áreas de conhecimento. Neste sentido, optou-se pela indicação, para composição do Conselho, dos seguintes organismos e instituições: IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil -, órgão de classe, representante da sociedade civil, especificamente ligado às questões urbanas de desenvolvimento e preservação das cidades brasileiras. ICOMOS - International Council on Monuments and Sites -, organização internacional, não governamental, que congrega pessoas e instituições que se interessam pela conservação de edifícios, conjuntos de edificações e de significativos exemplares de interesse arquitetônico, arqueológico e histórico. Entidade ligada

à UNESCO, é composta por comitês nacionais em vários países do mundo. Sua representação no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural se dará por indicação do Comitê Brasileiro do ICOMOS. IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -, autarquia federal vinculada à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República. Sua indicação justifica-se pela existência de áreas comuns de atuação no que diz respeito à proteção de paisagens e de ambientes naturais. MUSEU NACIONAL - presente na antiga estrutura do Conselho, foi reconduzido por congregar duas qualidades básicas: o de ser um Museu Nacional e o de desempenhar importantíssimo papel no campo de conhecimento da Antropologia, ciência historicamente incorporada à preservação da memória e história nacionais. O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será composto ainda por onze representantes da sociedade civil, com notório conhecimento nos campos de atuação do IBPC. Neste caso foram reconduzidos os conselheiros do antigo Conselho Consultivo da SPHAN cujas indicações, com respectivos **curricula** sucintos, encaminhamos em anexo.' Concluindo, tenho a grata satisfação de informá-los de que, atendendo ao pedido de tombamento do patrimônio cultural representado pelos sítios arqueológicos da Serra da Capivara, formulado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Cultura, Embaixador Sergio Paulo Rouanet, foi aberto o respectivo processo, que se encontra em fase inicial de estudos. O referido sítio mereceu a inscrição na 'Lista do Patrimônio Mundial', por seu valor cultural, na décima quinta sessão da UNESCO, em Cartago, Tunísia. Dou as boas-vindas e saúdo os Senhores Conselheiros presentes e aqueles que por motivos relevantes aqui não estão." Em seguida, o Secretário da Cultura facultou o uso da palavra aos Conselheiros que desejassem se manifestar, indagando quem era o Decano. O Conselheiro José Mindlin informou ser o Vice-Decano e confessou a sua dificuldade em referir-se ao IBPC sem acrescentar: antigo SPHAN. Julgando exprimir o pensamento de todos os Conselheiros, manifestou a esperança de que tenham a possibilidade de exercer

as atribuições que lhes cabiam anteriormente; lamentou o que foi feito sem a participação do Conselho; e apresentou ao Presidente do IBPC e ao Secretário da Cultura a segurança da integral colaboração e dedicação a uma causa que todos prezam. O Secretário da Cultura agradeceu e revelou que, ao ser convidado para exercer as suas funções atuais, conversou com todos os seus antecessores, tendo recebido as mais diversas opiniões. Havia, entretanto, em todas elas, um denominador comum: a recomendação de reativar o Conselho Consultivo e de reconduzir os antigos Conselheiros. Pareceu-lhe ser um caso único de crença na permanência de um órgão e no valor das pessoas que o compõem, pela alta qualidade e relevância dos serviços prestados. Prosseguiu dizendo que, ao ser examinada a idéia de reativar o Conselho, uma das preocupações dominantes - sua e do Presidente do IBPC - foi a de recuperar a enorme experiência na causa da preservação do patrimônio nacional representada pelos antigos Conselheiros. Externou sua satisfação por ter chegado a bom termo essa revolução restauradora, observando ser ela restauradora também em relação às siglas. Exemplificou relatando a existência de um movimento saudosista, no Rio de Janeiro, que pretende substituir a denominação Museu da República por Museu do Catete ou Palácio do Catete. Esclareceu não se tratar necessariamente de inimigos da República ou de monarquistas, mas de pessoas que atribuem importância à tradição. No seu entender, essa mesma nostalgia da tradição se verifica, com maior razão, no caso do IBPC. Embora reconhecendo a diversidade das opiniões e das correntes ideológicas existentes no órgão, declarou-se favorável à restauração do antigo nome. Argumentou que IBPC é uma sigla; SPHAN, não - é toda uma tradição, é todo um passado em si mesmo -, e que uma instituição destinada a resgatar o passado deve dar o exemplo, resgatando o próprio passado encarnado na sigla que o traduz. Esclarecendo ser necessário um projeto de lei, afirmou seu propósito de encaminhá-lo, mesmo correndo o risco de enfrentar reações enfurecidas de pessoas que consideram existir uma distinção conceitual e i-

deológica importante entre patrimônio cultural e patrimônio histórico. Concluindo, disse estar convencido da possibilidade de vencer essas resistências pelo diálogo e pela persuasão. A seguir, o Conselheiro Modesto Carvalhosa tomou a palavra para saudar, em nome dos antigos Conselheiros, os novos membros do Conselho. Destacou inicialmente a Conselheira Maria do Carmo Nabuco, por razões afetivas, por seu trabalho inestimável em favor do patrimônio histórico e por suceder a seu ilustre irmão, o Conselheiro Afonso Arinos de Mello Franco. Saudou, também, os que integram o Conselho na qualidade de representantes de instituições afins: Arnaldo Campos dos Santos Coelho, Diretor do Museu Nacional; Dalmo Vieira Filho, Presidente do Comitê Brasileiro do ICOMOS - entidade que considerou qualificada para auxiliar o IBPC no plano internacional - e Carlos Alberto Cerqueira Lemos, do IAB, denominando-o batalhador e grande conhecedor do patrimônio histórico, que enriquece o Conselho de forma considerável com a sua serenidade e com a sua bagagem cultural. Referiu-se, ainda, à valiosa contribuição que o representante do IBAMA poderá trazer para a formulação mais integrada de uma política referente às áreas naturais. Continuou manifestando o seu contentamento com o retrospecto da atuação do Conselho Consultivo do SPHAN, cujo espírito de luta e de independência foi especialmente salientado. Classificou como equivocada a suposição de ter ficado o interesse daquele colegiado restrito ao patrimônio de pedra e cal. Lembrou que o conceito patrimônio cultural inserido na Constituição de 1988 - dentro da linha do pensamento de Rodrigo Mello Franco de Andrade e Mário de Andrade - é fruto do trabalho do Conselho através de comissão designada para atuar junto aos constituintes. Analisou em seguida a situação do patrimônio cultural brasileiro, recomendando um novo enfoque no seu tratamento. Reportou-se aos anos 30, período no qual foi concebido o SPHAN, e às décadas de 40, 50, 60 e 70, quando o adensamento urbano, a especulação imobiliária e a pressão dos interesses capitalistas contribuíram para a destruição gradativa de ele-

mentos preciosos da nossa cultura. Aludiu a um problema atual, que considera seríssimo: a pressão da pobreza sobre o patrimônio. Prosseguiu dizendo que a invasão da pobreza em tudo aquilo que é ponderável, interessante e importante coloca em perigo até os monumentos incluídos na "Lista do Patrimônio Mundial", como Ouro Preto e Olinda. Ressalvando a necessidade da solução do problema da pobreza, afirmou a urgência de uma política de proteção e de defesa do patrimônio cultural brasileiro, a ser formulada pelo Secretário da Cultura, pelo Presidente do IBPC e pelos Conselheiros dentro da problemática sociológica brasileira. Acreditando expressar a aspiração de todos os companheiros, declarou ser esse o seu pleito, para que não saíssem apenas com palavras de reconhecimento pelo trabalho realizado, mas com a perspectiva da aceitação de um desafio que demanda a elaboração de estratégias para o seu enfrentamento. O Secretário da Cultura considerou o Conselheiro Modesto Carvalhosa porta-voz de todos os presentes ao desejar que o Conselho exerça plenamente as suas funções de aconselhar e assessorar o Presidente do IBPC e o Secretário da Cultura, pois ele não se destina apenas a tratar de questões tópicas, específicas de tombamento. Completou dizendo ver esse Conselho com um sentido mais integral, como um órgão assessorador da formulação e implementação de uma política de patrimônio. O Conselheiro José Mindlin tomou a palavra para acrescentar uma contribuição aos argumentos favoráveis à volta da sigla SPHAN. Reconhecendo tratar-se da conservação de patrimônio cultural, lembrou que o Conselho Nacional de Pesquisas passou a denominar-se Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e manteve a sigla CNPQ. Falou a seguir o Conselheiro Gilberto Ferréz manifestando a sua concordância com os pronunciamentos anteriores, cuja importância destacou. Confessou discordar particularmente da mudança do nome do órgão encarregado da defesa do patrimônio que, na sua concepção, será sempre representado pela sigla SPHAN. Comentou a complexidade dos problemas a serem enfrentados, atribuindo-os, em grande par-

te, à extensão territorial do país e ao elevado custo das ações de preservação e de restauração do patrimônio cultural. Finalizou afirmando a necessidade do prosseguimento dos trabalhos que os Conselheiros executaram e que, dentro das suas possibilidades, continuarão a executar. O Secretário da Cultura declarou-se, enquanto diplomata, muito sensível à questão de nomes. Referiu-se à mudança do Ministério das Relações Exteriores para Brasília quando, supondo o nome Itamaraty indissolúvelmente ligado ao prédio existente na Rua Marechal Floriano, muitos julgaram necessária uma outra denominação para o novo prédio, surgindo a proposta de Palácio dos Arcos, que não prevaleceu. Continuou dizendo que Itamaraty não é apenas um nome, um conjunto de letras ou um conjunto de fonemas, mas é um símbolo, é a destilação de uma parte importante da tradição histórica brasileira. Observou que não se pode mexer levemente com símbolos, com siglas que têm um valor simbólico. Manifestou-se então, da maneira mais enfática, filiado à corrente favorável à recuperação do antigo nome. Admitindo a possibilidade de pessoas pouco informadas considerarem como uma discussão bizantina o debate sobre a sigla, enquanto parte importante do patrimônio está ameaçada, concluiu asseverando que o símbolo funciona historicamente, tem um valor histórico efetivo. O Ministro Sérgio Telles pediu a palavra para apresentar as boas-vindas ao Secretário da Cultura, a quem ofereceu as dependências do Itamaraty para as reuniões que desejasse realizar. Estendeu as boas-vindas aos Conselheiros, cumprimentando-os por sua atuação firme e independente. Falou em seguida o Conselheiro Dalmo Vieira Filho para, inicialmente, agradecer ao Presidente do IBPC a distinção merecida pelo ICOMOS de integrar a estrutura oficial da proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Destacou, ainda, a importância da reinstalação do Conselho - um dos mais antigos da República. Prosseguindo, apresentou o contexto no qual balizará a sua atuação. Colocou em primeiro lugar a defesa do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, reputando-o peça jurídica de inestimável valor, respon

sável pela preservação de inumeráveis monumentos em todo o território nacional. Considerou este Decreto, que na sua formulação institui e determina as responsabilidades do Conselho Consultivo, um avanço que possibilitou ao Brasil antecipar-se na ação de reconhecimento e de defesa do seu patrimônio. Observou que a noção de patrimônio, acumulativa - não significando saudosismo, mas desenvolvimento a partir das conquistas históricas que se dilatam e se solidificam -, aponta no sentido da preservação do Decreto-Lei nº 25, como a base sobre a qual se alicerça a defesa do patrimônio nacional. Observou que as inovações - a ampliação do conceito de patrimônio e a adequação à realidade contemporânea - não podem se concretizar em substituição ao Decreto-Lei, mas devem ser a ele agregadas, à exemplo da legislação referente aos bens de natureza arqueológica, promulgada na década de 60. Ponderou que uma atitude diversa atestaria a incapacidade da instituição em compreender o significado da preservação dos valores, sentimentos e ações dos seus predecessores. Mencionou a substituição da sigla SPHAN, efetivada na calada da noite, reiterando a necessidade da sua restauração. Recomendou a reativação dos Escritórios Técnicos extintos, considerando-os básicos para o funcionamento do órgão. Acentuou ser indispensável a preservação da política de seleção dos bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro através do tombamento. Disse que esse instrumento, tão combatido, tão discutido, constitui-se no braço de ação da defesa da memória nacional. Ressaltando poder orgulhar-se de ter sempre atuado junto aos municípios, considerou um equívoco a resistência à participação da União na defesa do patrimônio, vista por alguns, de forma absolutamente simplista, como uma interferência nos assuntos municipais, como um exercício de prepotência. Argumentou ser o tombamento nacional um direito legítimo, ético, moral, político e administrativo, que possibilita a preservação dos elementos que devem constituir o patrimônio a ser legado à posteridade. Salientou que esta posição contribuirá para levar adiante uma luta de meio século,

que não pode ser ignorada, mas que necessita ser revigorada e ampliada. Apresentou a proposta do ICOMOS para a realização de um grande seminário nacional visando debater o papel da memória e do patrimônio no desenvolvimento do país ao longo do próximo século. Observou que, olhando adiante, poder-se-á obter uma noção exata do valor das ações passadas. Enfatizou a importância da luta contra atentados que, aparentemente menores, poderão ter graves repercussões. Por recomendação do Conselho Deliberativo do ICOMOS, citou como exemplo o processo judicial movido contra a arquiteta Ana Lúcia Abraham, associada e representante daquela entidade na Região Norte, em virtude de um parecer técnico que, na condição de Diretora da 11ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória, emitiu em defesa do patrimônio cultural de Manaus. Solicitando ao IBPC o maior cuidado com a questão, afirmou que, embora aparentemente pequena, esta ação deve ser respondida à altura do desafio, pelo precedente que pode ser criado. Agradeceu a imensa hora de integrar o Conselho Consultivo lembrando que, na qualidade de representante da SPHAN/Pró-Memória em Santa Catarina, pôde recepcioná-lo em memorável reunião realizada na Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anható-Mirim, e cumprimentou o Secretário da Cultura e o Presidente do IBPC pela sua reativação. O Secretário da Cultura agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque. Após associar-se às felicitações já apresentadas ao Secretário da Cultura e ao Presidente do IBPC pela iniciativa de reinstaurar o Conselho Consultivo, ainda que em novas bases e com nova composição, o Conselheiro sugeriu a definição de uma agenda de reuniões, com datas previamente fixadas, que permita aos Conselheiros programarem-se com a devida antecedência. Mencionou a possibilidade de cancelamento da sessão, quando não houver matéria a ser analisada. O Presidente do IBPC concordou com a proposta, desculpando-se com os Conselheiros pelas alterações ocorridas, por ter a data da instalação do Conselho ficado condicionada às possibilidades do Presidente da República e do Secretário da Cultu-

ra. Comunicou a existência de processos em condições de serem submetidos ao Conselho, na sua próxima sessão, a ser realizada no local tradicional: Rio de Janeiro. O Secretário da Cultura afirmou que, dentre os que merecem ser felicitados pela reativação do Conselho, figura, em primeira instância, o nome do Presidente da República. Identificou, no veto ao dispositivo de lei que aboliu o Conselho Consultivo, a decisão política do Presidente de impedir a sua extinção. Lembrou, em segundo lugar, o empenho da professora Lélia Coelho Frota, qualificando-a como predecessora de Jayme Zettel no cargo de Diretor da SPHAN, e observou estar reiniciando o uso do nome. Esclareceu que, após o veto ao dispositivo que determinava a extinção do Conselho, alguns julgaram possível a sua reativação imediata. Divergências entre os pareceres dos juristas consultados aconselharam a promulgação de um novo decreto, visando prevenir qualquer questionamento posterior. Falou em seguida a Conselheira Maria do Carmo Nabuco para lembrar ao Secretário da Cultura a ajuda que a iniciativa privada, quando mobilizada, pode proporcionar. Mencionou a cidade de Tiradentes, por ela restaurada sem qualquer recurso do governo federal. O Secretário da Cultura louvou a atuação da Conselheira, acrescentando ser sua intenção e do Presidente do IBPC utilizarem, da maneira mais ampla possível, o sistema de parceria com a iniciativa privada. Citou a Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, restaurada completamente graças à cooperação da Companhia Vale do Rio Doce. Disse que esses patrocínios podem ser deduzidos do imposto de renda, de acordo com lei recentemente promulgada que, certamente, facilitará a generosidade de futuros mecenas da área empresarial. A Conselheira Maria do Carmo Nabuco destacou ainda a possibilidade da colaboração de empresas internacionais. Relatou a restauração do órgão da Igreja Matriz de Santo Antônio, obtida através da empresa construtora da usina nuclear de Angra dos Reis. O instrumento, doado à cidade de Tiradentes por D. Maria I, estava sem funcionar havia cinquenta anos. Após a autorização do Patrimônio, foi

desmontado, restaurado - os tubos irrecuperáveis reproduzidos na Alemanha -, reconstituído, voltando a funcionar. Toda essa operação ficou a cargo de Manfred Thonius, construtor de órgãos na Francônia, que trabalhou auxiliado por seu pai. O Secretário da Cultura acentuou haver a Conselheira Maria do Carmo Nabuco fornecido dois exemplos do acerto da política de cooperação íntima com a iniciativa privada que vem sendo implementada pelo IBPC. Comentou a vulnerabilidade das empresas que desenvolvem atividades muito contestadas, considerando a má consciência geradora de patrocínios. Manifestou o seu propósito de adotar o princípio jesuítico de explorar não somente a santidade, mas também os vícios humanos **ad majorem Dei gloriam**. Encerrou a reunião agradecendo a todos os presentes e, em particular, ao Itamaraty que, através do Ministro Sérgio Telles, cedeu o local para a sessão do Conselho. Em seguida, reconvocou a reunião para que fosse ouvido o representante do Museu Nacional. O Conselheiro Arnaldo Coelho observou ser o Museu Nacional a única instituição museológica mantida no Conselho Consultivo e mostrou-se satisfeito com a inclusão do IBAMA no mesmo colegiado. À Antropologia - citada pelo Presidente do IBPC - acrescentou a Zoologia, a Botânica, a Geologia e a Paleontologia como áreas de atuação da instituição que dirige. Para falar sobre a coleção egípcia daquele Museu sugeriu a Conselheira Maria Beltrão. A Conselheira informou dever-se à iniciativa de D. Pedro I, em 1826, a aquisição desse acervo para figurar no Museu Real, esclarecendo ter sido compra a prestação. Relatou a dificuldade encontrada pela Alfândega brasileira para classificar adequadamente as múmias e a solução de incluí-las na categoria "carne-seca", a fim de possibilitar a sua entrada no país. Aludiu à importância do acervo, cujo estudo, realizado pela Conselheira e pelo Prof. Kitchen, permitiu o recuo do registro da influência semítica no Egito em quase mil anos e foi divulgado através de um livro editado na Inglaterra. Referiu-se à múmia feminina, preciosidade da época da dominação romana, que está atacada por cupins na parte posterior. Destacou

as estelas funerárias através das quais foi possível a recomposição do "Hino a Osiris", considerado perdido para sempre. Acrescentou que uma delas apresenta processo esfoliativo na parte central. Salientando a posição do Brasil no segundo grupo de países que possuem coleções egípcias, reportou-se ao diagnóstico de uma egiptóloga, trazida ao Brasil pelo Fórum de Ciência e Cultura, que prevê o desaparecimento das múmias dentro de seis anos, caso não sejam adotadas medidas enérgicas para a sua preservação. Acrescentou que a técnica, após elogiar o trabalho científico já realizado, lamentou o estado de conservação do acervo e sugeriu a sua devolução ao país de origem. Passando a falar sobre o patrimônio arqueológico brasileiro, enfocou o mais antigo sítio arqueológico das três Américas, localizado na Bahia, com cerca de trezentos mil anos - faixa do homo erectus. Ali pôde ser comprovada a existência de uma tradição astronômica, datando de trinta mil anos, que irradiava cultura para outros locais. Finalizou deplorando o risco de desaparecimento desse patrimônio cultural. O Secretário da Cultura, admitindo estar adotando a posição de um burocrata, indagou se o Ministério da Educação, a cuja esfera pertence o Museu Nacional, e que tem um orçamento bilionário, já foi abordado sobre o problema. O Conselheiro Arnaldo Coelho informou que o Ministro tem ciência deste e de outros problemas, e que, em visita à instituição, concedeu quinhentos milhões de cruzeiros para a construção de prédio climatizado onde serão instaladas todas as coleções. Informou estarem as sondagens já concluídas, previendo para breve o início da construção. A Conselheira Maria Beltrão opinou ser a climatização insuficiente, recomendando o tratamento das múmias e estelas. O Secretário da Cultura externou a esperança da resolução desses problemas no âmbito do Ministério da Educação. Em caso contrário, sugeriu o recurso ao Programa Nacional de Apoio à Cultura, que inclui a Arqueologia entre os segmentos a serem beneficiados. Esclarecendo ser necessário apresentar um projeto para análise de uma comissão, adiantou que a proposta contaria com o seu pare

cer favorável. Em seguida, lamentou que a exposição da Conselheira Maria Beltrão houvesse diminuído a sua admiração por Eça de Queiroz. Recordou o episódio da Correspondência de Fradique Mendes, no qual o personagem, tentando desembaraçar a múmia de um escriba egípcio na Alfândega portuguesa, sugere a um funcionário a sua classificação na rubrica "arenque defumado". Nada mais havendo a tratar, o Secretário da Cultura deu por encerrada a sessão, da qual eu, Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino juntamente com o Secretário da Cultura, com o Presidente e os demais membros do Conselho.

Sergio Paulo Rouanet

Anna Maria Serpa Barroso
Anna Maria Serpa Barroso

Jayne Zettel

Arnaldo Campos dos Santos Coelho
Arnaldo Campos dos Santos Coelho

Carlos Alberto Cerqueira Lemos

Dalmo Vieira Filho

Eduardo Kneese de Mello

Gilberto João Carlos Ferrez

José Ephim Mindlin

Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão

Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco

Max Justo Guedes

Modesto Souza Barros Carvalhosa

Roberto Cavalcanti de Albuquerque